

P. 48/2015

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE DRENAGEM DA ESTRADA CORTE – CASTELO – SOUTO – DAIRES – CRUZINHA. ---**

----- No dia um do mês de Dezembro de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente contrato, com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na Freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Rui Ferreira de Oliveira, casado, natural e residente na União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, Concelho de Tondela, com o NIF 197 666 612, com poderes para outorgar em representação da Sociedade por Quotas Edibest – Engenharia e Construção, Limitada, com o NIPC 509 430 317, com sede na Rua Nossa Senhora da Esperança, nº 65 – Adiça, da União das Freguesias Mouraz e Vila Nova da Rainha, Concelho de Tondela, conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em quatro de Novembro de dois mil e quinze, que arquivo sob o número um e com o Alvará de Construção número 64858, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo conhecimento pessoal que deles tenho, bem como dos poderes que legitimam a intervenção do primeiro outorgante neste ato. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por despacho da Senhora Vereadora Eng^a. Carla Antunes, datado de 27/11/2015, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 27/11/2015, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Remodelação de Drenagem da Estrada Corte – Castelo – Souto – Daires – Cruzinha, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 26/11/2015, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho da Senhora Vereadora Eng^a. Carla Antunes datado de 27-11-2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa euros e treze cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente, de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto

imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$C_t = 0,31 \frac{S_t}{S_0} + 0,04 \frac{M_{03t}}{M_{03_0}} + 0,04 \frac{M_{06t}}{M_{06_0}} + 0,02 \frac{M_{18t}}{M_{18_0}} + 0,05 \frac{M_{20t}}{M_{20_0}} + 0,02 \frac{M_{22t}}{M_{22_0}} + 0,01 \frac{M_{24t}}{M_{24_0}} \\ + 0,02 \frac{M_{32t}}{M_{32_0}} + 0,02 \frac{M_{42t}}{M_{42_0}} + 0,06 \frac{M_{43t}}{M_{43_0}} + 0,02 \frac{M_{45t}}{M_{45_0}} + 0,04 \frac{M_{47t}}{M_{47_0}} + 0,04 \frac{M_{48t}}{M_{48_0}} + 0,21 \frac{E_t}{E_0} + 0,10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída vinte dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 03/12/2015 e o seu termo em 22/12/2015. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as

possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de três mil quinhentos e nove euros e quarenta e um cêntimos, é de sessenta e um mil novecentos e noventa e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em vinte e sete de Novembro de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em um de Outubro de dois mil e quinze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

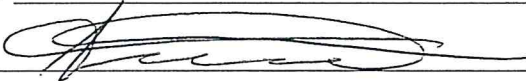
----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-01, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 18284/2015, datado de 30/11/2015. -----

-----Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____
-----O Oficial Público:  _____